



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8903 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT20 - Psicologia da Educação

O Trabalho Colaborativo entre o professor de Educação Especial que atua na Sala de Recursos Multifuncionais e o do ensino comum

Andrise Teixeira - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Maria Lidia Sica Szymanski - UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

O Trabalho Colaborativo entre o professor de Educação Especial que atua na Sala de Recursos Multifuncionais e o do ensino comum

Resumo: Investigou-se o Trabalho Colaborativo entre o professor de Educação Especial que atua na Sala de Recursos Multifuncionais e o professor do ensino comum, em uma pesquisa qualitativa, mediante entrevistas semiestruturadas. Participaram 32 professores de Educação Especial, Língua Portuguesa e Matemática. Os participantes (72%) desconhecem o conceito de Trabalho Colaborativo, que ao ocorrer (69%) é pouco frequente, restrito a situações pontuais, informais e não sistematizadas. O maior obstáculo ao Trabalho Colaborativo constatado foi à falta de tempo, apontada por 67% dos professores, e as políticas de formação e contratação docente que promovem um ensino fragmentado e superficial. Do modo como se efetiva, o Trabalho Colaborativo não promove a humanização necessária aos estudantes com deficiência/NEE. Aponta-se a premência de investimento público na formação/ qualificação docente e em ações voltadas à superação do modelo mercadológico e excludente decorrente do modo de produção capitalista, que fragmenta, mecaniza e aliena o trabalho educativo. Urge redimensionar as políticas públicas viabilizando o Trabalho Colaborativo, de forma ombreada, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, sejam eles público da Educação Especial ou não.

Palavras-chave: Trabalho Colaborativo; Educação Especial; Sala de Recursos Multifuncionais.

Apresentação

Investigou-se o Trabalho Colaborativo (TC) entre os professores do ensino comum (EC) que atuam com as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, e os professores de Educação Especial (EE) que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), e seus desdobramentos na práxis pedagógica. Entende-se como ‘práxis pedagógica’ o conjunto de ações e operações que, em dadas condições de desenvolvimento, possibilitam a quem as executa promover a

superação da condição inicial, passando a um novo nível mais elevado, o qual fará aparecer novos motivos e fins para novas ações e operações docentes (BARROCO; LEONARDO, 2017).

Essa problemática exige refletir sobre deficiência, aprendizagem e desenvolvimento humano, transcendendo a compreensão leviana do contexto histórico e das relações sociais, possibilitando superar a condição de neutralidade aparente que as permeia.

As lacunas na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com - e muitas vezes sem - deficiência/NEE[1] constituem-se em sério desafio aos professores. Muitos desses estudantes concluem o Ensino Fundamental sem se apropriarem da leitura, da escrita e de conceitos matemáticos, conhecimentos essenciais para o desenvolvimento de suas funções psicológicas superiores.

Na sociedade capitalista o acesso aos bens culturais é bastante desigual. A privação agrava-se aos estudantes, público da EE, principalmente quando o processo de escolarização lhes negligencia o direito à aprendizagem sistematizada. Portanto, o trabalho docente é essencial, pois se refere à apropriação da cultura acumulada historicamente, enfim, à humanização.

Diante deste contexto, o TC na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural tem-se colocado como uma alternativa recente e pouco discutida. Portanto, torna-se necessário refletir sobre suas características, investigando as ações envolvidas nesse processo e seus desdobramentos.

Espera-se que tanto o professor que atua na SRM, quanto os professores do EC, compreendam a relevância da ação pedagógica, e proponham tarefas que impulsionem e possibilitem a seus estudantes, alcancarem patamares mais elevados de desenvolvimento.

Para além dos limites impostos à deficiência, o professor deve trabalhar a partir da perspectiva da compensação, compreendendo que o organismo busca compensar o defeito, reorganiza o aparato biológico, e produz outras vias para a apropriação dos conhecimentos culturais e científicos, ainda que de maneira lenta (VIGOTSKI, 1997).

Quando o professor compreende a importância de sua ação e efetiva um trabalho que guia o desenvolvimento, ele possibilita à educação escolar cumprir seu papel específico, na transmissão dos conceitos científicos essenciais a humanização.

Metodologia

O estudo envolveu 11 escolas da rede estadual de ensino no município de Cascavel-PR, ou seja, 29% do total daquelas com atendimento em SRM no período de contraturno ao EC. Participaram 32 professores, atuando em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) (11), na disciplina de Matemática (11) e de Língua Portuguesa (10). Os dados foram produzidos por meio de entrevistas individuais semiestruturadas, gravadas em áudio.

A opção pelos professores de Língua Portuguesa ou Matemática baseou-se nos critérios adotados no processo de Avaliação no Contexto Escolar, o qual, além de analisar laudos médicos e psicológicos, avalia o desempenho pedagógico dos

estudantes quanto a: língua oral e escrita, interpretação e produção de textos, cálculos, medidas e sistema de numeração decimal (PARANÁ, 2018).

As quatro categorias de análise foram estabelecidas a partir dos objetivos do estudo, e direcionaram a elaboração do instrumento de pesquisa que orientou a condução das entrevistas e posteriormente a análise dos dados: conceituação docente com relação ao TC; articulação entre os professores de EE e os professores do EC; práxis pedagógicas e aprendizagem discente; e contribuições, limites e desafios do TC.

Resultados

Com relação à primeira categoria, conceito de TC, os dados revelaram que 72% dos participantes do estudo o desconhecem. A análise da literatura, também revelou a ausência de um conceito claro e significativo acerca de TC. Assim, propõe-se conceituá-lo como um conjunto de ações, que pressupõem o trabalho ombreado, intencionalmente planejado e sistematizado, reiterando o trabalho docente como uma atividade consciente, humanizadora e coletiva, que deve ser fortalecida pela equipe pedagógica escolar, para assim tornar-se instrumento indispensável ao processo de aprendizagem e desenvolvimento humano dos estudantes com deficiência/NEE.

Nessa perspectiva, a união dos conhecimentos entre os professores possibilita desvelar os elementos essenciais, para o desenvolvimento de “outras vias” que viabilizem a aprendizagem e o desenvolvimento (VIGOTSKI, 1997). Para a Teoria Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano é potencializado na e pela coletividade (VIGOTSKI, 1997).

A segunda categoria discute a articulação entre os professores, 69% dos quais afirmaram que procuram dialogar sobre questões que envolvem os estudantes que frequentam a SRM. Mas, mais da metade desses professores (59%) consideram que os contatos são informais, escassos, sem aprofundamento teórico-metodológico.

O fato de cerca de 30% dos professores não relatarem que dialogam sobre seus alunos com deficiência/NEE e cerca de 60% dos que dialogam, afirmarem que o fazem informalmente, exige que se busquem suas causas. A ausência do TC dificulta que sejam pensadas estratégias que possibilitem o acesso aos conhecimentos científicos, limitando o desenvolvimento dos estudantes, processos que dependem de práticas intencionalmente planejadas.

Quanto à terceira categoria que pressupõe a relação entre a práxis pedagógica e a aprendizagem discente, 53% dos docentes de Português e Matemática relataram realizar atendimento individualizado aos estudantes com deficiência/NEE, bem como lhes possibilitar mais tempo e lhes permitir auxílio de outros estudantes.

Menos da metade dos professores das SRM (46%) afirmam atuarem com base no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), o qual é elaborado a partir do resultado da Avaliação no Contexto Escolar, exclusivamente pelo professor que atua na SRM.

O PAEE não foi mencionado por 54% dos professores, mesmo sendo ferramenta indispensável e norteadora do trabalho do professor da SRM (PARANÁ, 2018). Quando não há discussões entre os professores, caracteriza-se como um ato solitário. Entretanto, é recorrente na literatura analisada (MARTINELLI, 2016; MOSCARDINI, 2016; SILVA, 2018 e outros) que o TC, assim como as condições de espaço e tempo destinadas ao estudo e planejamento conjunto entre os professores, principalmente na elaboração do PAEE, são essenciais à escolarização dos estudantes com deficiência/NEE.

Para que as práticas educativas superem o pragmatismo do discurso, da legislação e dos documentos orientadores, o ato educativo deve visar a apropriação dos conceitos científicos mais elaborados e o desenvolvimento humano. Para tanto, é necessário que o professor compreenda a relevância de o quê, porquê e para quem ensinar. Assim, o ato educativo possivelmente resulte em um processo de escolarização qualitativo, permitindo que o desenvolvimento dos estudantes público da EE avance para além das limitações sociais impostas à deficiência.

Entretanto, o TC ombreado entre os professores de EE e do EC exige outras condições cruciais. Constatou-se que a ausência de espaço e de tempo para o TC decorre de jornadas de atuação assíncronas e da inexistência de uma organização escolar, condições limitadoras impostas pela égide do capital, o qual entende o trabalho docente como aula dada, desconsiderando a importância de todo o trabalho anterior à própria aula, para que o ensino alcance seu objetivo.

Por fim, na quarta categoria pesquisada apresentam-se os limites e desafios, e os fatores que viabilizariam o TC. Muitos são os obstáculos, entre eles, 67% dos professores referem-se à falta de tempo, dado ratificado em outros estudos brasileiros.

Para este obstáculo, novamente contribui a atuação em turnos contrários, pois os professores muitas vezes não se encontram no espaço escolar. Contribuem, ainda, a ausência de condições de espaço e tempo viabilizados pela equipe pedagógica e diretiva para o planejamento em conjunto. A situação agrava-se pela rotatividade dos profissionais na escola, decorrência da forma precária e provisória de contratação que vem sendo adotada pelo Estado.

Foram apontados, como limites, as situações nas quais os docentes não demonstram compromisso (12%) em relação ao trabalho desenvolvido com os estudantes da EE. O auge desse descompromisso evidencia-se no isolamento do professor da EE e de seus alunos, considerados como se não fossem da escola.

Mas, os entraves ao TC decorrem, principalmente, da ausência de investimento em políticas públicas para a educação direcionadas aos recursos humanos e pedagógicos, fator que compromete diretamente a organização da educação no contexto escolar. Ainda, é premente o investimento em formações continuadas, que possibilitem aos docentes ressignificarem sua função, compreendendo sua relevância nos processos de escolarização e desenvolvimento dos estudantes, assim como urge a implementação de políticas educacionais, que norteiem o trabalho docente com os estudantes com deficiência/NEE.

Retomam-se, enfim, os elementos essenciais para que o processo educativo e o TC se efetivem, reiterando-se a necessidade de redimensionamento quanto à: 1) efetivação de políticas educacionais voltadas à reorganização do regime de contratação dos professores; 2) organização de condições de espaço e de tempo

destinados ao planejamento em conjunto; 3) valorização mediante investimento na carreira do professor; 4) atuação do Professor Pedagogo voltada a efetivação de práticas que possibilitem e assegurem o processo de escolarização significativo aos estudantes com deficiência/NEE, viabilizando a conexão entre os professores da EE, que atuam na SRM e os professores do EC; 5) espaço e tempo destinados à formação continuada que possibilitem a interlocução entre os professores de EE e do EC.

Vigotski (1997) defendia e considerava necessário que a educação ocorresse pela via do trabalho, sem separação entre trabalho manual e intelectual, pressupondo a necessidade de uma escola que, pela atividade, transforma o próprio homem. Com isto espera-se que o trabalho docente dignifique o professor e não o reduza a máquina de uma lógica mercadológica em que a educação foi inserida (SAVIANI, 2003).

Conclusões

Os resultados revelam que, da forma como está implantado, o TC não promove a humanização necessária aos estudantes com deficiência/NEE. Apontam para a premência de investimento público na formação/qualificação docente e exigem ações voltadas à superação do modelo mercadológico e excludente decorrente do modo de produção capitalista, que fragmenta e torna o trabalho educativo alienado.

É importante rever as políticas públicas que dão suporte ao TC, não apenas nos aspectos relativos às suas condições físicas, como equipamentos e materiais pedagógicos, mas com maior relevância, que propiciem melhores condições de trabalho ao professor de forma a viabilizar de fato um TC ombreado, que promova a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, sejam eles público da EE ou não.

Espera-se, ainda, que os pontos discutidos possibilitem a reflexão sobre a relação entre os processos de escolarização e humanização, e que este estudo permeie novas discussões e reflexões relacionadas ao direito à aprendizagem de todos que chegam à escola.

Referências

BARROCO, S. M. S.; LEONARDO, N. S. T.. A periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento na Educação Especial: o problema da idade. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (Org.). **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice**. Campinas: Autores Associados, 2017, 321-341.

MARTINELLI, J. A.. **Trabalho Colaborativo entre uma Professora Especialista e Professores do Ensino comum para a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. 2016. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

MOSCARDINI, S. F.. **Deficiência Intelectual e ensino-aprendizagem: aproximação entre ensino comum e Sala de Recursos Multifuncional**. 2016. 153 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016.

PARANÁ. Superintendência da Educação. Secretaria de Estado da Educação. **Instrução nº 09**, de 23 de abril de 2018. Estabelece critérios para o AEE por meio da SRM, nas instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino. Curitiba, 2018.

SAVIANI, D.. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 8ª ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, R. S.. **Possibilidades formativas da colaboração entre professores do ensino comum e especial em um município paraense**. 2018. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

VIGOTSKI, L. S.. **Obras Completas. Tomo V. Fundamentos da defectología**. Cuba: Pueblo y Educación, Cuba, 1997.

[1] O estudante com deficiência apresenta NEE, e há estudantes que não apresentam deficiência, mas evidenciam NEE.